

METODOLOGIAS INCLUSIVAS NAS SALAS DE AULA: UMA URGÊNCIA ANUNCIADA¹

INCLUSIVE METHODOLOGIES IN THE CLASSROOMS: AN ANNOUNCED URGENCY

Gleide ELIOTERIO² | Claudia PARANHOS³

RESUMO: Educar, muito mais amplo que repassar a informação, é um ato revolucionário numa sociedade excludente como a nossa, especialmente quando não desenvolve nas salas de aula novas formas de interação entre os sujeitos. Considerando essa realidade, o objetivo geral aqui proposto é elucidar a importância do uso de metodologias inclusivas na sala de aula para que ocorra de forma mais efetiva a aprendizagem de estudantes com deficiência. Por isso, este artigo busca responder por que a escolha por metodologias inclusivas nas salas de aula é tão urgente, especialmente para os estudantes com deficiência. Para tanto, utilizamos a análise empírica e a pesquisa bibliográfica para o desenvolvimento desse texto, respaldando-nos principalmente nos estudos de Cohen & Lotan (2017), Vygostsky (2007), Omote (2021). Assim, este trabalho confirma a importância de estudos voltados para o desenvolvimento de metodologias inclusivas que dialoguem com o estudante, considerando as realidades em que ele está inserido. Portanto, espera-se que este trabalho contribua para que os professores possam implementar metodologias mais inclusivas na sala de aula de forma efetiva e promova a reflexão em torno da necessidade de pesquisas com foco no desenvolvimento de metodologias inclusivas que possam favorecer o processo de aprendizagem dos estudantes com deficiência.

Palavras-Chave: Metodologia; Inclusão; Deficiência.

ABSTRACT: Educating, much broader than passing on information, is a revolutionary act in an exclusionary society like ours, especially when it does not develop new forms of interaction between subjects in the classroom. Considering this reality, the general objective proposed here is to elucidate the importance of using inclusive methodologies in the classroom so that students with disabilities learn more effectively. Therefore, this article seeks to answer why the choice for inclusive methodologies in the classroom is so urgent, especially for students with disabilities. To do so, we used empirical analysis and bibliographical research to develop this text, relying mainly on studies by COHEN AND LOTAN (2017), VYGOSTSKY (2007), OMOTE (2021). Thus, this work confirms the importance of studies aimed at the development of inclusive methodologies that dialogue with the student, considering the realities in which he is inserted. Therefore, it is expected that this work will contribute so that teachers can effectively implement more inclusive methodologies in the classroom and promote reflection on the need for research focused on the

¹ Recebido em: junho de 2023 | Aceito em: dezembro de 2023.

² Mestra em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação - GESTEC/UNEB. Licenciada em Letras pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Docente da Educação Básica desde 2003. Compõe o Grupo de Pesquisa Educação Inclusiva e Diversidade (EDUCID)/UNEB. E-mail: gleideelioterio@gmail.com.br

³ Doutora em Educação pelo PPGEduc/UNEB, com doutorado sanduíche pela Universidade de Lisboa, UL/PT. Mestre em Educação na área de Educação Especial pelo Centro de Referência Latino Americano de Educação Especial (CELAE/Cuba) e a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Licenciada em Pedagogia pela UEFS. Professora Titular do Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Líder do grupo de pesquisa Educação Inclusiva e Diversidade (EDUCID). E-mail: claudiaparanhos3@gmail.com

development of inclusive methodologies that can favor the learning process of students. students with disabilities.

Keywords: Methodology; Inclusion; Deficiency.

INTRODUÇÃO

Desde o início da minha trajetória docente na educação básica, há quase duas décadas, houve a preocupação com a escolha de metodologias, teorias e práticas que justificassem um aprendizado que fizesse sentido para os estudantes, algumas vezes foram possíveis; outras, nem tanto. O fato é que o primeiro contato de um professor com a sala de aula revela um misto de excitação e medo; mas, por mais inexperiente que seja, ele entende que o desenvolvimento e o processo de aprendizagem são variados e naquele espaço as singularidades se encontram. Essa realidade já revela na prática que o conceito de classes regulares não pode ser confundido com o de classes homogêneas, já que a diferença é, ela mesma, o fundamento do ser humano. Entretanto, essa mesma singularidade celebrada em muitos discursos publicitários e normativos encontra resistências em espaços escolares.

Durante muito tempo, por meio de uma abordagem tradicional⁴ o ensino funcionou dissociado da real necessidade dos estudantes. Em concepções pedagógicas como essa, a aprendizagem dificilmente será eficaz, porque a natureza dialógica da aprendizagem fica prejudicada quando o interlocutor tem papel secundário. Nessa visão de educação, o sujeito aprendente é idealizado, dissociado de seu contexto, capaz de aprender de maneira uniforme. Essa visão ignora os múltiplos contextos de aprendizagem, as diversas formas de aprendizagem e as singularidades físicas e intelectuais de cada estudante, sendo, portanto, inadequado para um ensino que busca ser inclusivo.

Hoje, também do ponto de vista de alguns estudos neurobiológicos, sabe-se que o cérebro humano possui características que permitem desenvolver habilidades, a partir de um processo adequado e de um ambiente saudável. Isto é, a aprendizagem dos estudantes com deficiência não possui subsídio científico para que muitas escolas continuem entendendo que a presença desses estudantes na instituição seja apenas para desenvolver as relações sociais. Por isso, o objetivo desse artigo é elucidar a importância do uso de metodologias inclusivas na sala de aula para que a aprendizagem de estudantes com deficiência ocorra de forma mais efetiva.

⁴ A Abordagem Tradicional, segundo Leão (1999), parte do pressuposto de que a inteligência é uma faculdade que torna o homem capaz de armazenar informações, das mais simples às mais complexas. Nessa perspectiva, é preciso decompor a realidade a ser estudada com o objetivo de simplificar o patrimônio de conhecimento a ser transmitido ao aluno que, por sua vez, deve armazenar tão somente os resultados do processo.

A partir dessa realidade, é possível realizar escolhas metodológicas mais assertivas para auxiliar a compreensão dos estudantes com deficiência, aspecto central desse artigo, respeitando suas singularidades e conhecimentos prévios. Assim, ao falarmos de metodologias de ensino é preciso, antes, reconhecer que os jovens estudantes fazem parte desse grupo e interagem com artefatos digitais que possuem grande potencial didático no desenvolvimento de habilidades, especialmente o da leitura, no campo da compreensão. Em outras palavras, esperamos que esse estudo contribua para que os professores possam implementar metodologias mais inclusivas na sala de aula, a fim de favorecer também a aprendizagem dos estudantes com deficiência.

A DEFICIÊNCIA NOS ESPAÇOS ESCOLARES

A palavra *deficiência*, como a maioria das palavras em língua portuguesa, origina-se do latim⁶. Trata-se de uma declinação da palavra *deficiens*, mesmo étimo do verbo *deficere*, cujo significado da época estava relacionado ao sentido de *faltar, falhar, déficit*. Atualmente, sabemos que nenhuma palavra é ingênua, todas elas carregam sentidos e visões de mundo, por isso é importante discutir a acepção do sentido da palavra *deficiência* na sua origem para compreender pontos importantes do atual momento.

Embora o latim não seja mais uma língua viva, a visão de mundo por ela representada continua a partir de seu léxico, conjunto de palavras que formam uma língua. O Latim, como língua oficial do Império Romano⁷, dava sentido à visão de mundo daquele povo, especialmente no que dizia respeito como as pessoas com deficiência eram julgados negativamente no âmbito social. De fato, as leis do Império autorizavam aos pais sacrificarem as crianças com deficiência física e/ ou mental⁸, especialmente por meio do afogamento, como observamos nessa afirmação de Sêneca⁹ (2014, p. 65):

Matamos a pancadas os cães bravos e abatemos o boi selvagem e feroz, e aos animais doentes deitamos o ferro para que não contaminem o rebanho, eliminamos os fetos malformados, inclusive afogamos nossos filhos se nasceram fracos e disformes. Não é ira, mas um ato racional separar o que é inútil do que é são.

⁶ Latim foi uma língua indo-europeia falada pelos habitantes do Lácio e tornou-se a língua oficial do Império Romano. Há muitos séculos, o latim não possui falantes naturais, sendo, por isso, considerada uma língua morta. As atuais línguas românicas, tais como a portuguesa, espanhola e a francesa são originadas do latim.

⁷ O Império Romano é considerado o maior império do Ocidente, durou cerca de 500 anos, tendo início no ano 27 a.C e se estendeu até, aproximadamente, 476 anos d.C.

⁸ Termo usado na época. Muitas vezes faremos referência a essa nomenclatura, respeitando o termo usados nos diferentes períodos e como forma de demarcação histórica. A nossa pesquisa, coerente com os documentos atuais, utiliza o termo Deficiência Intelectual.

⁹ Lucius Annaeus Sêneca foi um importante poeta e filósofo estoico romano, nascido por volta de 4 a.C.

Infelizmente, o massacre de crianças com deficiência era uma prática comum entre muitos povos, mas sendo uma prática do maior império do ocidente, repousa sobre nós, ocidentais, resquício cultural dessa visão, materializada no sentido que a palavra *deficiência* herdou. Do ano 27 a.C até hoje, século XXI, há uma crença bastante sedimentada no imaginário popular de que a pessoa com deficiência é *incompleta* e, portanto, insuficiente para participar de maneira ativa no meio social, político, econômico etc.

Essa ideia de *déficit*, que acompanha, ainda hoje, o significado da palavra, encontrou respaldo por muito tempo no ambiente social e cultural brasileiro, por meio de uma concepção de deficiência baseada no modelo médico, perspectiva que compreende a deficiência como “consequência natural da lesão em um corpo, e a pessoa deficiente deve ser objeto de cuidados biomédicos” (DINNIZ, 2007, p. 15). Ao entender que a deficiência é o resultado de algo que não funciona bem na própria pessoa e sugere a sua incapacidade de participar ativamente da vida social, retomamos a noção de deficiência no sentido latino do termo e, sob a justificativa do modelo médico, validamos a exclusão em todos os setores.

Embora as leis brasileiras não permitam o sacrifício de nenhuma pessoa com ou sem deficiência, existem várias maneiras de extinguir e anular a existência de um sujeito; e a exclusão é, sem dúvidas, uma das formas mais eficazes e cruéis de levantar barreiras. Por isso, atualmente, a relação entre pessoas com deficiência e a ideia de falta, está muito atrelada ao modelo médico, que não atende à visão de deficiência que defendemos nesse estudo.

Com a clareza do impacto que o ambiente e a cultura incidem sobre a pessoa com deficiência e da concepção geral sobre ela, nós a compreendemos como um fenômeno biopsíquico-social, pois temos a compreensão, assim como Omote (2021, p. 39) de que “ao incluir essas ocorrências psicossociais no fenômeno das deficiências, admite-se que a deficiência não pode ser tratada como um fenômeno manifestado no plano estritamente individual.” Isto significa que, muito além da lesão do corpo, há a lesão social que amplia a deficiência.

Assumindo essa orientação, nossa visão de deficiência concorda com a limitação biológica que compreende, segundo o MSD-5¹⁰ (2015), a Deficiência como um distúrbio neurológico que envolve dificuldades em alguma das funções adaptativas, dos domínios sociais e da habilidade prática, ou seja, ela possui um aspecto que é *bio*. Por outro lado, não ignoramos as questões psicossociais, pois a forma como a pessoa com deficiência é vista por seus amigos e familiares, por

¹⁰ É a sigla usada para se referir ao Manual de Diagnóstico e Estatística de Doenças Mentais, da Sociedade Americana de Psiquiatria, que hoje está na 5ª versão.

exemplo, influencia na sua tomada de decisão e na sua autopercepção, como afirma Omote (2021; p. 30): “pessoa é deficiente se assim for considerada pelos outros”.

Essas relações sociais, que incluem a família e toda a rede de apoio, reforçam a baixa autoestima e reproduzem o comportamento social que limita mais que a própria deficiência. Como enfatiza Portela (2014, p.111):

Além dos problemas internos inerentes à situação da deficiência, os genitores precisam também lidar com as pressões externas, uma vez que a sociedade segrega o deficiente, tratando-o como incapacitado e o colocando ainda em escolas e classes especiais. Essa postura é, de certa forma, confirmada pelos próprios pais, através de comportamentos de condescendência, impaciência e atitudes depreciativas em relação ao(à) filho(a).

Somado a esse fator, não podemos esquecer o aspecto sociocultural, uma vez que estando num país muitas vezes incompreensivo e preconceituoso sobre a condição da pessoa com deficiência, acabamos por ter elementos construídos e mantidos culturalmente, funcionando como vários tipos de barreiras, como por exemplo as tecnológicas, as pedagógicas, as arquitetônicas, entre outras.

Em síntese, compreender a deficiência como um fenômeno biológico, significa entender que ela faz parte de fenômenos naturais e, por isso, é preciso reconhecer que incide no funcionamento do corpo e/ ou mental da pessoa. Mas significa reconhecer que essa realidade não determina o fenômeno que também é psíquico e social, já que perpassa pela forma como a própria pessoa e/ou o grupo de pessoas fazem a leitura da situação e limitam o processo de autonomia.

Assim, ao entender a deficiência como um fenômeno múltiplo, por envolver fatores sociais, biológicos, psicológicos questionamos a atuação da educação, que tem reduzido as possibilidades do sujeito com deficiência sob a justificativa meramente biológica. O fato é que a inclusão do estudante com deficiência nos espaços escolares revela tensões ainda presentes na relação entre esse sujeito e o ambiente educativo. Infelizmente, a escola continua funcionando como mais uma barreira para aprendizagem de diversos estudantes, especialmente aqueles diagnosticados com deficiência.

O que percebemos é que a escola ainda compreende a aprendizagem do estudante com deficiência como um grande vazio, que não pode ser preenchido. Ainda focada no modelo médico, entende que o sujeito é limitado em termos de aprendizagem e não percebe que as barreiras que ele encontra para o desenvolvimento de suas habilidades estão muito mais relacionadas aos ambientes e às metodologias do que ao processo biológico em si. Infelizmente, ignorando o papel social e cultural na aprendizagem dos indivíduos, a escola não avança no ensino voltado para os estudantes com deficiência, como asseguram Batista e Mantoan, (2007, p. 15):

Presa ao conservadorismo e à estrutura de gestão dos serviços públicos educacionais, a escola, como instituição, continua norteada por mecanismos elitistas de promoção dos melhores alunos em todos os seus níveis de ensino e contribui para aumentar e/ou manter o preconceito e discriminação em relação aos alunos com deficiência mental.

Dessa forma, retirando as barreiras e os capacitismos¹¹, o que cabe à escola é educar, respeitando as singularidades de cada estudante. O conservadorismo mantém os estereótipos¹² dos discentes com deficiência, levando professores, colegas, a família e a própria pessoa com deficiência a acreditar que sua condição pode ser apenas treinável.

Apesar das evidentes resistências baseadas em estereótipos, os estudos neurobiológicos mais recentes apontam para a influência que o meio possui na aprendizagem de todo e qualquer indivíduo, seja ele com deficiência ou não. Está claro sob esta análise que a aprendizagem ocorre da interação entre o sujeito aprendente, questões biológicas e o meio em que ele habita e se desenvolve. Como afirma Briddi e Filho (2016, p.19):

Ao pensarmos a conexão possível entre neurologia e desenvolvimento, mais especificamente desenvolvimento cognitivo, devemos pensar que o próprio desenvolvimento neurológico só é possível por meio da conexão do sistema neural com o ambiente. A essa conexão damos o nome de aprendizagem.

A aprendizagem é uma condição para o desenvolvimento neural e ela ocorre na relação entre os fatores biológicos e o ambientais. Isso significa que a condição física do indivíduo, mesmo sendo neural, não implica que seja incapaz de aprender; ao contrário, é a relação desse sujeito com o ambiente que promove a aprendizagem. Entretanto, o preconceito e o capacitismo que reinam nos espaços escolares, permeados de ignorância, fazem com que os estudantes com deficiência sejam muitas vezes infantilizados, por meio de uma linguagem que reforça esse aspecto e de uma metodologia que pouco os estimulam.

Cada vez mais há a certeza da importância da interação entre os sujeitos, o que implica dizer que o ensino deve ser concebido como um processo social, cujo desenvolvimento cognitivo precisa ocorrer a partir da interação do sujeito com o ambiente e a cultura. Sob essa ótica, acreditamos que os estudos de Vygotsky (2007), a partir de uma abordagem histórico-sociocultural, apontam importantes discussões no que diz respeito ao ensino e a aprendizagem de pessoas com deficiência, a exemplo do papel da mediação. Tais análises indicam que a mediação ocorre desde a infância, a partir da relação entre criança e objeto, uma afinidade que é histórica e ao mesmo tempo

¹¹ Capacitismo é o termo utilizado para se referir ao preconceito voltado contra as pessoas com deficiência.

¹² De acordo com Omote (2021, p. 72), os estereótipos referem-se exatamente a esses traços, pouco numerosos, que são utilizados para a caracterização generalizada de todos os membros de uma categoria, que recebem o mesmo rótulo.

individual. É histórica no sentido que a relação entre a criança e o objeto ocorre socialmente e é individual porque essa é uma experiência que apenas ela tem, mesmo que mediada.

Outrossim, alguns dos objetivos de uma educação formal e institucionalizada é ampliar as possibilidades cognitivas dos estudantes e desenvolver a sua aprendizagem e não a limitar, daí o papel central da mediação. É preciso compreender que todo desenvolvimento do estudante deve ser apoiado e não limitado. Essa realidade faz ampliar o olhar para os aspectos metodológicos utilizados nas escolas, que, infelizmente, tem funcionado como barreira e limitadora da aprendizagem.

Por fim, é possível compreender que não há limitações para o desenvolvimento cognitivo dos sujeitos, o que há realmente é a necessidade de um ensino que leve em consideração o que eles já sabem e as potencialidades que eles possuem. Sem dúvidas, do ponto de vista pedagógico, esse é um aspecto poderoso que pode aumentar a eficiência da aprendizagem dos estudantes, por meio de metodologias inclusivas.

O QUE É UMA METODOLOGIA INCLUSIVA?

O direito universal de acesso à escola ainda é um episódio recente na história do Brasil, construído a partir de muitas lutas, durante a trajetória do país. Essas batalhas foram crescendo até garantir, para parte da população, ao menos o direito de estar numa escola. O direito à educação, por outro lado, muito mais amplo que o direito a frequentar a escola, requer uma visão integral do ser humano e o que dele espera a sociedade.

Embora frequentar uma escola seja a forma mais comum de ter acesso à educação formal, muitos conseguem perceber a larga diferença entre matricular um estudante e garantir sua aprendizagem. Acesso à escola, à educação e à aprendizagem são direitos cotidianamente violados em muitas salas de aula desse país, especialmente quando nos referimos a uma parcela da população já excluída socialmente, a exemplo dos estudantes com deficiência_ público-alvo da Educação Especial na perspectiva Inclusiva.

Se para a maioria dos estudantes, diversidades de ordem sexual, racial e econômica já funcionam como barreiras para inviabilizar a sua presença e perpetuar o ciclo de exclusão na sala de aula regular, a situação é aprofundada quando falamos de pessoas com deficiência sensoriais e/ou neurológicas que buscam na sala de aula regular o reconhecimento da sua heterogeneidade. e auxiliar a sua aprendizagem ao longo da vida.

As pessoas com deficiência no Brasil lidam cotidianamente com barreiras¹³ atitudinais, urbanísticas, arquitetônicas, tecnológicas, nos transportes, nas comunicações, na informação. Dentre esses tipos de barreiras que a lei Brasileira de Inclusão (2015) reconhece, as barreiras atitudinais¹⁴ são as que mais se destacam, de maneira silenciosa nas salas de aula, especialmente quando relacionadas aos estudantes com deficiências que se relacionam ao cognitivo, a exemplo da deficiência intelectual.

Ao falar da necessidade de metodologias inclusivas, revela-se uma educação que é excludente, um claro contrassenso, uma vez que deveria atender a todos, por seu caráter universal. Como, infelizmente, as desigualdades de acesso ao saber ainda são realidades no país; o adjetivo *inclusivo* torna-se importante por lembrar constantemente o papel da educação, papel esse que nenhum profissional da área deveria esquecer.

Durante muito tempo, frequentar e permanecer em uma sala de aula regular foi vista como a grande garantia dos direitos da pessoa com deficiência. Passada essa primeira integração, há a necessidade de, além da presença, a participação desse estudante em todas as atividades em sala de aula, como forma de alcançar o máximo de desenvolvimento possível, como prevê a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência¹⁵ (2015). Nessa perspectiva, o que reforçamos como metodologia inclusiva é aquela que reúne estratégias de aula capazes de ampliar a participação de todos os estudantes na sala de aula, respeitando as possibilidades de conhecer, analisar, criar e ter pleno acesso aos bens materiais e de conhecimento disponíveis para eles.

Algumas abordagens teóricas já discutiam há algum tempo a necessidade de um olhar mais criterioso para o processo de ensino aprendizagem, apontando para a importância de um ensino mais relacionado à realidade do estudante, trazendo significado e autonomia para sua aprendizagem. Alguns desses estudos, como afirmam Diesel; Baldez; Martins (2017) remontam a “Lev Vygotsky (1896-934), na aprendizagem pela experiência (Dewey, 1978), à aprendizagem significativa de David Ausubel (1918-2008) e à perspectiva freiriana da autonomia (Freire, 2015)”. Atualmente, já encontramos algumas metodologias que buscam atender a essas abordagens, como

¹³ De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015), a barreira diz respeito a qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros.

¹⁴ Barreiras Atitudinais, de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão (2015) são aquelas relacionadas a atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidade com as demais pessoas.

¹⁵ O Artigo 1º da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015) esclarece que o objetivo do documento é assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. aprendizagem e a importância disso.

por exemplo as metodologias ativas e seu leque de opções. Entretanto, além do domínio das metodologias mais modernas, é preciso pensar como se beneficiar delas para garantir a inclusão dos estudantes nas aulas para favorecer a aprendizagem.

Pensemos: ao usar metodologias na sala de aula, por mais alinhadas às perspectivas teóricas e metodológicas, precisamos ainda formular alguns questionamentos necessários, por exemplo: quando nos referimos ao ensino centrado no estudante, de que estudantes estamos tratando? Estamos nos referindo àqueles que possui inúmeras situações que impactam a aprendizagem como as econômicas, sociais, raciais, familiares, sensoriais, neurológicas? Ou pensando em estudantes concentrados ininterruptamente sem questionar se aquilo faz sentido para si e seu percurso? Quando há referência a metodologias ativas, valorização da cultura *maker*, estamos também pensando numa gestão e arranjo de sala de aula que facilite a inclusão de todos os estudantes? Ou penso em um espaço, equipamentos e materiais que atendam apenas alguns estudantes, enquanto um outro grupo fica aquém do esperado, realizando qualquer outra atividade para fingir alguma participação? Todos esses questionamentos buscam demonstrar que um professor quando não reflete sobre suas escolhas metodológicas dá margem para que o capacitismo entre na escola e ainda direcione sua aula.

A sala de aula é um espaço de aprendizagem, por isso as metodologias utilizadas nela não podem partir de uma realidade inexistente, que ignora a vivência do estudante e estabelece um padrão ideal e irreal como a única a ser seguida. É recorrente o professor que, ao não saber como se comunicar com o estudante com deficiência, julga-o incapaz de saber sobre algum tópico da aula. Muitas vezes isso ocorre porque o planejamento é elaborado para sujeitos ideais, sem uma conexão sincera com a realidade da sala de aula.

Quando nos referimos a metodologias desconectadas da realidade das diferenças humanas, não estamos nos referindo apenas àquelas abordagens mais tradicionais, mas a qualquer abordagem metodológica que não seja elaborada para a inclusão. Ou seja, o uso de metodologias e estratégias que não entende as tecnologias como recursos pedagógicos para todos e não utiliza uma linguagem que comunique e desenvolva as múltiplas aprendizagens, é negligente, por mais moderna que pareça. Por isso, promover a inclusão e participação dos estudantes com deficiência em sala de aula é muito difícil de ser alcançada, quando não há um planejamento de aula elaborado para este fim.

CAMINHOS PARA ELABORAÇÃO DE METODOLOGIAS INCLUSIVAS

As metodologias inclusivas estão relacionadas a uma educação inclusiva, pois a concepção de uma educação inclusiva atende três princípios-chave, segundo Muntaner (2014), que devem

nortear as metodologias: a aceitação e o respeito pela diversidade; a implementação de desenhos e atividades flexíveis; utilização de grupos heterogêneos, desmistificando a ideia de homogeneidade. Isto é, antes de pensar numa metodologia inclusiva, é preciso pensar se o entendimento de educação pode ser considerado inclusivo. Essa reflexão é particularmente importante, porque assumir uma postura sobre algo que não acredita ou não conhece é uma ilusão que logo se perderá no processo. Portanto, é preciso entender e aceitar a educação inclusiva como uma proposta necessária e possível, só a partir daí, realizar as escolhas metodológicas necessárias.

Abaixo, propomos algumas possibilidades metodológicas e de instrumentos que podem ser implementados na sala de aula:

a) Valorização das inteligências múltiplas: Atualmente, existe um vasto conhecimento sobre o assunto, a exemplo dos estudos sobre a Teoria das Inteligências Múltiplas, desenvolvidos desde a década de 1980, liderados por Howard Gardner. Apesar disso, ainda é muito comum nas salas de aulas atuais o uso de metodologias voltadas basicamente para a escrita e a oralidade, privilegiando apenas os sentidos da visão e audição/fala.

Entretanto, essa escolha favorece a exclusão de muitos estudantes que possuem outras formas de aprendizagem. Por isso, uma metodologia inclusiva prevê a diversidade de materiais didáticos utilizados, como orais, visuais, sinestésicos, auditivos. Vejamos alguns exemplos: utilizar audiovisual com legendas e/ou com tradutores em libras¹⁶; manter a atenção para construção de slides, dando especial atenção à formatação¹⁷ e ao uso de imagens. Isto é, diversificar os recursos pedagógicos o máximo possível, pensando nas várias formas de comunicação, apreensão e divulgação da informação.

b) Formação de pequenos grupos em sala de aula - A aprendizagem por pares, além de promover a autonomia dos estudantes, favorece a criação de comunidade de aprendizagem e de cidadania. É importante que os membros dos grupos de trabalho em sala de aula tenham atribuições¹⁸ de papéis de gestão previamente definidos. Sobre essa organização, Cohen e Lotan (2013) explicam que a sala de aula é um espaço social frequentado por agentes sociais. Nesse espaço

¹⁶ Alguns aplicativos podem ser utilizados durante as aulas, apresentações orais e em vídeos. Alguns exemplos: Hand Talk, ProDeaf, Vlibras, Ribená, entre outros.

¹⁷ A formatação dos slides inclusivos requer algumas orientações específicas e podem ser encontradas nos seguintes artigos: a) Torne suas apresentações do PowerPoint acessíveis para pessoas com deficiências: <https://support.microsoft.com/pt-br/office/torne-suas-apresenta%C3%A7%C3%B5es-do-powerpoint-acess%C3%ADveis-para-pessoas-com-defici%C3%A7%C3%B5es-6f7772b2-2f33-4bd2-8ca7-dae3b2b3ef25> e b) SALTON, Bruna Poletto; AGNOL, Anderson Dall; TURCATTI Alissa. **Manual de Acessibilidade em Documentos Digitais**. Bento Gonçalves, RS: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: [Manual de Acessibilidade em Documentos Digitais - arquivo em pdf](#)

¹⁸ A atribuição de papéis é quando o professor direciona o trabalho de cada pessoa, dando o nome de sua função no grupo e é acompanhado por uma lista de comportamentos esperados. Ou seja, os membros do grupo “recebem papéis específicos a serem desempenhados”.

de organização metodológica, a escolha inadequada das atividades e da linguagem utilizada pode funcionar como barreira para aprendizagem e participação social desse estudante. Infelizmente, a escola ainda reproduz a exclusão que é vista no espaço social como um todo. Portanto, a formação de grupos heterogêneos na sala de aula favorece a autonomia e aprendizagem dos estudantes, por meio da interação entre sujeitos que compartilham conhecimento e desenvolvem papéis para o melhor desenvolvimento do grupo.

c) O professor precisa conhecer os estudantes - É importante destacar que o *conhecer* vai além do desenvolvimento cognitivo, trata-se aqui de um conhecimento que compreende os sujeitos em todas as suas dimensões, e isso faz parte de uma boa gestão de sala de aula. Quando o docente se interessa por algumas escolhas culturais e gostos dos estudantes, a exemplo de filmes, séries, jogos, músicas, esportes etc. há uma ampliação dos recursos pedagógicos e temas a serem trabalhados em sala de aula. Todos, absolutamente todos, os estudantes da classe possuem gostos, estão inseridos culturalmente e linguisticamente nos seus meios de atuação e tudo isso deve ser explorado na aula.

d) Reconhecer os conhecimentos prévios dos estudantes - É muito comum no início do ano letivo as escolas realizarem avaliações diagnósticas com o intuito de verificar o nível de aprendizagem dos estudantes, entretanto, são aplicadas as mesmas avaliações para todos os estudantes. Na verdade, quando o objetivo é verificar o nível de conhecimento prévio, deve-se considerar as múltiplas aprendizagens, por meio de múltiplas possibilidades avaliativas¹⁹. Além disso, as metodologias devem partir sempre de uma realidade social, cognitiva, afetiva e cultural dos estudantes; então para verificar os aspectos cognitivos, através de avaliações, são necessárias análises que correspondam à realidade do discente para apoiar a efetividade pedagógica do processo. Vale salientar que a periodicidade da avaliação diagnóstica é constante, não apenas no início do ano. Para isso, é preciso utilizar vários instrumentos avaliativos, respeitando as questões técnicas²⁰ envolvidas e as múltiplas aprendizagens em sala de aula.

e) Toda comunidade escolar deve combater o capacitismo- Enxergar o estudante com deficiência lembrando de suas limitações atrapalha a criação de novas metodologias. Reconhecer as limitações dos estudantes é importante, mas não pode ser o centro da atenção do docente, é

¹⁹ A avaliação diagnóstica para além da avaliação objetiva, pode ser realizada a partir de situações em sala de aula, durante a aula de diversas formas, por exemplo: utilização de músicas para explorar debates, criar paródias, analisar vocabulários; jogos, atividade física, teatralização, desafios lógicos, estudos de caso, elaboração de mapas, plantas baixas, imagens, debates, leitura, visitas, experimentações, etc.

²⁰ As avaliações precisam atentar-se para as questões técnicas envolvidas, especialmente nos casos de provas escritas, como por exemplo: tamanho e estilo da fonte utilizada na avaliação, espaçamento, tamanho do enunciado, presença de ledor, texto em braile etc.

preciso compreender as possibilidades de aprendizagem que ele possui. Todo estudante, antes de tudo, é um ser humano capaz de aprender até a sua potencialidade. Os estudantes precisam encontrar uma escola, um professor, um sistema político e educacional disposto a buscar novas formas de ensinar, com o objetivo de favorecer novas formas de aprender. Que fique claro: o professor que acredita que o estudante é limitado em termos de aprendizagem; que determina até onde o outro pode aprender; que não acredita ser possível desenvolver metodologias inclusivas na aula por conta da sua formação inicial, é um profissional que não demonstra condições reais para criar um ambiente inclusivo na sala de aula. A mentalidade de profissionais com essas crenças é capacitista, centrada no modelo médico da deficiência e que idealiza a existência de classes separadas, prioritariamente em instituições criadas para pessoas com *necessidades especiais*.

f) O professor precisa adequar a sua linguagem- Um dos maiores fatores de exclusão que possuímos é a linguagem. Saber traduzir conhecimentos complexos para uma forma simples é uma premissa para manter a comunicação assertiva com estudantes da educação básica. Não significa ser simplista, significa demonstrar clareza ao direcionar ideias, tópicos e conceitos. O que ocorre na maioria das vezes é que o docente, até mesmo a escola, na sua forma de comunicar, possui dificuldade em aceitar a variedade linguística e cultural que permeia os espaços educativos. O professor precisa minimamente conhecer as linguagens que permeiam a sala de aula e dominar as formas de expressar-se para ter acesso aos estudantes. Alguns hábitos simples na comunicação²¹ podem ajudar bastante na adequação da linguagem e fará muita diferença na aprendizagem dos estudantes.

É sabido que gerir turmas da educação básica, com uma média de 40 (quarenta) estudantes por turma, é uma tarefa complexa. Porém, mesmo reconhecendo que não é possível administrar todas as variáveis presentes numa sala de aula, não é salutar afastar a escola de sua responsabilidade em avançar na elaboração de estratégias metodológicas mais inclusivas, cujo objetivo é a aprendizagem de todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso de metodologias inclusivas em sala de aula passa por uma visão inclusiva, de uma educação inclusiva e de uma atividade inclusiva, uma vez que a ação metodológica dissociada de

²¹ Alguns hábitos durante a aula podem auxiliar para uma comunicação mais inclusiva, por exemplos: Perguntar aos estudantes se estão acompanhando o raciocínio com frequência e realizar a retomada sempre que necessário; utilizar uma linguagem mais direta e objetiva. Ao utilizar metáforas, exemplos e ilustrações, certificar que houve compreensão da turma, falar pausadamente, realizar a audiodescrição do material projetado na tela, ler tudo o que está escrito no material projetado, possuir uma escuta ativa e empática.

clareza teórica e de visão de mundo sobre o tema produz práticas vazias de sentido e de resultado em sala de aula. Apesar de toda a influência da realidade social e econômica, não podemos negar que as decisões cotidianas tomadas contribuem para o silenciamento dos sujeitos com deficiência e funcionam para que seja perpetuada uma cultura de exclusão em sala de aula.

Sabe-se que favorecer a inclusão não é uma tarefa fácil, mas não é uma opção da escola se eximir dessa responsabilidade, pois o fato é que ainda temos milhares de estudantes que “continúan sin escuelas, y en muchos países desarrollados donde sí cuentan con esa oportunidad, son también millones los que salen del sistema sin la formación debida, justa y necesaria.”²² Como firmou Escudeiro e Martinez (2011, p.87). A realidade descrita pelos autores anteriormente se repete em diversos países, especialmente no Brasil. O direito à educação está garantido nas leis, o processo de integração dos estudantes público-alvo da educação especial nas salas de aula regular tem acontecido, apesar de governos tendenciosos tentarem relativizar a situação. Porém, a integração não é inclusão e não contribui para a aprendizagem dos estudantes.

Infelizmente o direito de aprender tem sido negado a milhares de estudantes com deficiência e uma parcela dessa realidade pode ser modificada a partir da sala de aula, por meio de metodologias inclusivas.

REFERÊNCIAS

AZMITIA, Oscar. Repensando la educación desde la crisis. In: GARCÉS, Nelson Araneda; DÍAZ, Joel Parra (Orgs). *Educación e inclusión en pandemia: repensando la educación en medio de la crisis*. La Serena, Chile: Nueva Mirad, 2020. p. 30 a 51.

BRASIL. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União 2015*; 7 jul. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso: 25 abril, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei n. 9.394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso 15 abril, 2021. Acesso: 20 abril, 2021

BRASIL. Ministério da Educação. *Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais*. Salamanca-Espanha, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso: 25 abril, 2021.

²² Tradução livre: “continuam nas escolas, e em muitos países desenvolvidos onde existe essa oportunidade, são também milhões os que saem do sistema sem a formação devida, justa e necessária”.

COHEN, Elizabeth G.; LOTAN, Rachel A. *Planejando o Trabalho em Grupo: Estratégias para Salas de Aula Heterogêneas*. Penso Editora, Porto Alegre, 2017.

DIESEL, Aline; BALDEZ, Alda Leila Santos; MARTINS, Silvana Neumann. Os princípios das metodologias ativas de ensino: uma abordagem teórica. *Revista Thema*, 2017, Volume 14, Nº 1, Pág. 268a 288. Disponível em: <<https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/404/295>>

DINIZ, Débora. *O que é deficiência*. São Paulo: Editora Brasiliense; 2007. 96 pp. Coleção Primeiros Passos, 324.

ESCUADERO, Juan M.; MARTÍNEZ, Begoña. Educación Inclusiva y Cambio Escolar. *Revista Iberoamericana de Educación*. N.º 55 (2011), pp. 85-105 (ISSN: 1022-6508). Disponível em <<https://redined.educacion.gob.es/xmlui/handle/11162/24595>>

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Sinopse Estatística da Educação Básica 2021*. Brasília: Inep 2022. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/dados_abertos/sinopses_estatisticas/sinopses_estatisticas_censo_escolar_2021.zip> Acesso em: 28 de março, 2022.

MARSHALL, B. Rosenberg. *Comunicação não violenta - Nova edição: Técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais*. Rio de Janeiro. Editora Sextante, 2018.

MUNTANER, Joan J. Prácticas inclusivas en el aula ordinaria. *Revista Nacional e Internacional de Educación Inclusiva*, 2014. Volume 7, número 14. Disponível em <<https://revistaeducacioninclusiva.es/index.php/REI/article/view/163>>

OLIVEIRA, Amália Rebouças de Paiva e; MUNSTER, Mey de Abreu Van; GONÇALVES, Adriana Garcia. Desenho Universal para Aprendizagem e Educação Inclusiva: uma revisão sistemática da Literatura Internacional. *Revista Brasileira de Educação Especial*. Volume 25, número 4. Bauru, São Paulo, 2019. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/rbee/a/rGFXP54LSxdkfNmXsD9537M/?lang=pt>>

OMOTE, Sadao. *Trajetória de construção de uma abordagem social das Deficiências*. São Carlos : EDESP-UFSCar, 2021 (V.1)

OMOTE, Sadao. *Construção social da deficiência algumas evidências*. São Carlos : EDESP-UFSCar, 2021. (v.2)

PESSOTTI, Isaias. *Deficiência mental: da superstição à ciência*. São Paulo: EDUSP, 1984.

PORTELA, Cláudia Paranhos de Jesus. *Convivendo com a deficiência intelectual: percursos de cuidado e educação nas redes parental e social de apoio*. Curitiba: Editora CRV, 2021.

SENECA. *Sobre a Ira e Sobre a tranquilidade da alma: diálogos*. Peguin, 2014.

VARELA, Berta Iglesias; HEITZMANN, Lúcia de la Madrid; PÉREZ, Amparo Ramos; MONTES, Concepción Robles Montes; MARTINEZ, Alfredo Serrano de Haro Martínez. Metodologías innovadoras e inclusivas em educación secundaria: los grupos interactivos y la asamblea de aula. *Revista Tendências Pedagógicas*, 2013, Número 21. Disponível em <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4182890>>

VIGOTSKY, Lev Semenovich. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. Organizadores: Michael Cole... [et al]. São Paulo: Martins Fontes, 2007.